

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS

Nº do Contrato de Empréstimo: BID nº 5092/OC-BR.

Nome do Projeto: Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pela Covid-19 no Brasil.

Unidades Executoras: Ministério da Cidadania, por intermédio da Unidade de Coordenação do Programa (UCP), vinculada à Secretaria Executiva, da Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências, da Secretaria Nacional do Cadastro Único e da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania; Ministério do Trabalho e Previdência, por intermédio da Secretaria de Trabalho; e Ministério da Economia, por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional.

Período Auditado: 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.

Ao Senhor Secretário-Executivo do Ministério da Cidadania (SE/MC),

Ao Senhor Secretário de Trabalho (STrab/MTE),

Ao Senhor Secretário do Tesouro Nacional (STN/ME),

Examinamos as demonstrações financeiras Relatório de Gerenciamento Financeiro – IFR 1-A e Notas Explicativas, referentes ao 2º Sem/2021, que contemplam a movimentação do exercício de 2021 e acumulada até 31/12/2021, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, correspondentes ao Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pela Covid-19 no Brasil, executado pelo Ministério da Cidadania (MC), pelo Ministério do Trabalho e Previdência (MTE) e pelo Ministério da Economia (ME), parcialmente financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As demonstrações financeiras foram elaboradas pela Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública (CODIP), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), com base na Cláusula 5.02, das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo BID nº 5092/OC-BR.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os orçamentos e os pagamentos reembolsados no âmbito do Programa em 31/12/2021 e as “despesas elegíveis” classificadas na coluna “BID”: estão suportadas em documentação hábil e suficiente para garantir os Pedidos de Desembolso apresentados ao banco, atendendo tanto o aspecto financeiro quanto o aspecto de conformidade, de acordo com os parâmetros estabelecidos no Manual

Operacional do Programa, ou seja, referem-se valores sacados pelos cidadãos que cumprem os critérios normativos dos Programas para a concessão dos benefícios; estão registradas segundo os componentes, a data de ocorrência e os limites definidos no Contrato de Empréstimo; bem como representam na moeda nacional e, conforme a taxa de conversão ajustada, os montantes equivalentes desembolsados na moeda da operação.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), e os requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ajustados por intermédio do Termo de Referência pactuados com a Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada *“Responsabilidades dos auditores pela auditoria”*. Somos independentes em relação ao Projeto auditado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Conduta Profissional do Servidor da CGU, e cumprimos com as demais responsabilidades definidas nesse Código. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Responsabilidades da Administração e dos encarregados pela governança do Projeto pelas demonstrações financeiras

A administração do Projeto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as cláusulas do Contrato de Empréstimo BID nº 5092/OC-BR e segundo os requisitos previstos no Termo de Referência da Auditoria do Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo Covid-19 no Brasil, estabelecendo diretrizes para elaboração de relatórios financeiros, o que inclui determinar que o critério de caixa constitui uma base contábil aceitável nas circunstâncias, e pelos controles internos julgados como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os encarregados pela governança são responsáveis por supervisionar o processo de elaboração e divulgação das informações financeiras do Projeto.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nessas demonstrações.

Como parte da auditoria de acordo com as normas de auditoria, nós exercemos julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante toda a auditoria. Nós também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fornecer uma base para a opinião do auditor. O risco de não se detectar uma distorção relevante resultante de fraude é maior que aquele de se detectar uma distorção relevante resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou transgressão dos controles internos.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a apresentação adequada.


Nos comunicamos com os responsáveis pela governança sobre, entre outros assuntos, o escopo planejado, o cronograma e os achados significativos da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controle interno que identificamos durante a auditoria.

Parágrafo(s) de ênfase(s) e outros assuntos: sem modificar a nossa opinião, chamamos atenção para o(s) seguinte(s):

Ênfase:

Muito embora as Notas Explicativas não tenham apresentado um tópico específico sobre a base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras, as abordagens sobre os montantes apropriados nessas demonstrações nos permitiram concluir sobre a aplicação do regime contábil de caixa, uma vez que os registros são efetuados pelos pagamentos efetuados aos beneficiários dos Programas financiados pelo Banco. Tais demonstrações financeiras foram elaboradas para auxiliar a administração do Programa a demonstrar o cumprimento das disposições do Contrato de Empréstimo acima mencionado e, conseqüentemente, podem não servir para outras finalidades.

Brasília, 15 de julho de 2022.


CELSON DA MOTTA AGUIAR
Auditor Federal de Finanças e Controle
Controladoria-Geral da União

PROJETO: Emergency Income Support for Vulnerable Populations Affected by COVID 19 in Brazil
RELATORIO DE GERENCIAMENTO FINANCEIRO - IFR I- A
ORIGENS E APLICACOES
(Expresso em R\$)

	Comissão Inicial	Recebm. Liquidado
A - FONTES DOS FUNDOS		
A.1- Ganchem.	503.732.209.397,00	
A.2- Reembolsos (1)	14.884.365.000,00	14.838.829.837,40
IBRD	1.048.000.000,00	1.048.000.000,00
BID	5.387.800.000,00	5.387.800.000,00
NDB	5.387.800.000,00	5.374.330.500,00
AFD	1.175.140.000,00	1.175.140.000,00
CAF	1.885.625.000,00	1.869.597.187,50
KfW	-	-

B - USO DOS FUNDOS	LOA (Lei + créditos) (2)	Total Pago (3)	No Período ELEGÍVEL (4)						Total Pago (3)	Acumulado do Ano ELEGÍVEL						Total Pago (3)	Acumulado do Projeto ELEGÍVEL					
			BIRD (5)	BID	NDB	AFD	CAF	KFW		BIRD (5)	BID	NDB	AFD	CAF	KFW		BIRD (5)	BID	NDB	AFD	CAF	KFW
Programas																						
			-	-	-	-	-	-		-	1.077.560.000,00	-	411.299.000,00	-	-	34.973.211.398,00	-	1.077.560.000,00	-	411.299.000,00	-	
	64.070.103.958,00	34.973.211.398,00	1.048.000.000,00	-	-	-	-	-	34.973.211.398,00	1.048.000.000,00	-	-	-	-	-	-	1.048.000.000,00	-	-	-	-	
			-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
	388.622.240.788,00	352.601.332.093,00	-	-	-	-	-	-	352.601.332.093,00	-	2.155.120.000,00	-	-	-	-	352.601.332.093,00	-	2.155.120.000,00	-	-		
			-	-	-	-	-	-	-	-	5.387.800.000,00	-	-	-	-	-	-	5.387.800.000,00	-	-		
			-	-	-	-	-	-	-	-	-	763.841.000,00	-	-	-	-	-	763.841.000,00	-	-		
	61.619.330.733,00	40.518.396.525,00									2.155.120.000,00				942.812.500,00			2.155.120.000,00		942.812.500,00		
	78.953.725.802,00	75.639.269.381,00	-	-	-	-	-	-	75.639.269.381,00						942.812.500,00					942.812.500,00		
TOTAL	593.265.401.281,00	503.732.209.397,00	1.048.000.000,00	-	-	-	-	-	463.213.812.872,00	1.048.000.000,00	5.387.800.000,00	5.387.800.000,00	1.175.140.000,00	1.885.625.000,00	-	387.574.543.491,00	1.048.000.000,00	5.387.800.000,00	5.387.800.000,00	1.175.140.000,00	1.885.625.000,00	

Preparado por: Ministério da Cidadania / Ministério da Economia

1. Valor depositado na conta do beneficiário será usado para solicitar os reembolsos

2. LOA 2020 e 2021.

3. Valor expandido, via SIAFI e CAIPA para pagamento aos beneficiários, durante os anos de 2020 e 2021.

4. Elegível: Para o Programa Bolsa Família, o valor sacado (e conciliado pelo McC) será o valor considerado elegível para financiamento nos prazos estabelecidos pela PORTARIA N° 444, de 22 de julho de 2020. O Programa Bolsa Família foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil por meio da medida provisória (MP) no. 1.061 de 9 de agosto de 2021, que estabelece que a partir de 1 de novembro de 2021 o valor sacado (e conciliado pelo McCMei) será considerado elegível para financiamento pelo IBRD. A MP foi convertida pela lei no. 14.284 de 29 de dezembro de 2021.

5. Para desembolsos do IBRD será requerido a apresentação de um anexo com o cálculo do Delta dos beneficiários elegíveis que deverá ser aprovado pelo Gerente do Projeto antes da realização dos desembolsos.

6. Para o Bolsa Família - O IBRD reembolsa a diferença dos valores transferidos ao número de beneficiários EM EXCESSO aos valores transferidos ao número de beneficiários em Março de 2020 (baseline) após a expansão devido ao COVID19). Valores devem suprir a parte do BID, KfW e IBRD

7. Em virtude da MP 1.061 de 9 de agosto de 2021, que institui o Programa Auxílio Brasil, a partir de 1 novembro de 2021, o IBRD reembolsa a diferença dos valores transferidos ao número de beneficiários do novo programa EM EXCESSO aos valores transferidos ao número de beneficiários em Março de 2020 (baseline) após a expansão devido ao COVID19).

8. PORTARIA N° 444, de 22 de julho de 2020 - Prevê o período de validade dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família à disposição de seus titulares, na conta controlada prevista no art. 2º, § 12, inciso III da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, enquanto perdurar o estado de calamidade pública nacional, previsto no Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Parágrafo único: A prorrogação de que trata o caput incidirá em todos os parcelas do Bolsa Família pago que ainda estejam válidas, segundo o calendário de pagamento e o calendário operacional do programa.

9. Acumulado do Projeto inclui o desembolso de gastos retroativos, conforme IFRs submetidos ao IBRD por meio do Sistema Client Connectivo em 10 de agosto para fim de reembolso de despesas elegíveis.

* Retrativo IBRD - São informações referentes à expansão do PIB no período de setembro de 2020 a abril de 2021. Reembolsos retroativos refere-se a pagamentos feitos antes desta Data de Assinatura do Acordo de Empréstimo, desde que realizados a partir de 1 de setembro de 2020, para Despesa Elegíveis relacionadas à Categoria (1).

* Retrativo BID - Refere-se às famílias já cruzadas beneficiárias no mês de março de 2020 (1.048.725) pagas na folha de setembro de 2020 (ESTOQUE).

* Apenas para o componente de expansão financiado pelo IBRD foi considerado o orçamento de 2021 também para o primeiro desembolso.

* O reembolso dos gastos retroativos financeiros pelo IBRD no valor de US\$ 200.000.000,00 foi processado com data valor de 16 de agosto de 2021, com taxa de conversão de US\$ 1,00 - R\$ 5,24, resultando em um equivalente de R\$ 1.048.000.000,00.

10. Exceto no caso do IBRD, o valor total desembolsado no período, pelos demais financiadores, representa 100% dos respectivos acordos de empréstimos e que foram desembolsados de modo retroativo.

11. Para o caso do CAF, definimos os programas BEm e Seguro Desemprego como elegíveis para reembolso, uma vez que somente casos dos programas já seriam suficientes para demonstrar a execução orçamentária e o financiamento do CAF, já que não houve contrapartida, a definição de programas elegíveis.

12. Quanto ao KfW, os recursos ainda não foram desembolsados até 30/09/2022, e está sendo feita a tradução juramentada do contrato para registro em cartório, sendo necessária para a solicitação de desembolsos.

13. Quanto à comissão inicial do IBRD, esta foi apropriada junto com o primeiro desembolso, restando assim um saldo a desembolsar de US\$ 797.500.000,00.

14. A comissão inicial do AFD foi cobrada por meio de nota de cobrança separada do recebimento dos recursos, e paga com orçamento de encargos da dívida pública.

AGENCIA IMPLEMENTADORA
Período (Semestre) : 2o. Semestre de 2021

PROJETO: Emergency Income Support for Vulnerable Populations Affected by COVID 19 in Brazil
RELATÓRIO DE GERENCIAMENTO FINANCEIRO - IFR 1- A
ORIGENS E APLICAÇÕES
(Expresso em US\$)

		Comunicação inicial	Recebim. Líquido
A - FONTES DOS FUNDOS		-	
A.1 - Governo		-	
A.2 - Recombolus 1		-	
BIRD	200.000.000,00	2.500.000,00	
BID	200.000.000,00	-	
NDB	1.000.000.000,00	997.500.000,00	
AFD (EUR)	200.000.000,00	500.000,00	200.000,00
CAF	350.000.000,00	2.975.000,00	347.025.000,00
KfW		-	

B - USO DOS FUNDOS		LOA (Lei + créditos) (2)	Total Pago (3)	Período (semestre)						Total Pago (3)	Acumulado do Ano						Total Pago (3)	Acumulado do Projeto																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
				ELIGÍVEL 4							ELIGÍVEL							ELIGÍVEL																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
				BIRD (5)	BID	NDB	AFD (EUR)	CAF	KfW		BIRD (5)	BID	NDB	AFD (EUR)	CAF	KfW		BIRD (5)	BID	NDB	AFD (EUR)	CAF	KfW																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																														
Programas																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					

Preparado por: Ministério da Economia

1: Valor depositado na conta do beneficiário será usado para solicitar os reembolsos

2: LOA 2021

3: Valor repassado, via SIAFEL CAIXA para pagamento aos beneficiários

4: Eligível: Para o Programa Bolsa Família, o valor sacado (e conciliado pelo McCMdE) será o valor considerado elegível para financiamento nos prazos estabelecidos pela PORTARIA N° 444, de 22 de julho de 2020. O Programa Bolsa Família foi substituído pelo Programa Auxílio Brasil por meio da medida provisória (MP) no. 1.061 de 9 de agosto de 2021, que estabelece que a partir de 1 de novembro de 2021 o valor sacado (e conciliado pelo McCMdE) será considerado elegível para financiamento pelo BIRD. A MP foi convertida pela lei no. 14.284 de 29 de dezembro de 2021.

5: Para desembolsos de BIRD será requerido a apresentação de um anexo com o cálculo do Débito dos beneficiários elegíveis que deverá ser aprovado pelo Gerente do Projeto antes da realização dos desembolsos.

6: Para o Bolsa Família - O BIRD reembolsa a diferença dos valores transferidos ao número de beneficiários EM EXCESSO aos valores transferidos em Março de 2020 (base line) após a expansão devido ao COVID19).

7: Em virtude da MP 1.061 de 9 de agosto de 2021, que institui o Programa Auxílio Brasil, a partir de 1 de novembro de 2021, o BIRD reembolsa a diferença dos valores transferidos ao número de beneficiários do novo programa EM EXCESSO aos valores transferidos ao número de beneficiários em Março de 2020 (base line) após a expansão devido ao COVID19).

8: PORTARIA N° 444, de 22 de julho de 2020 - "Prorroga o período de validade dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família à disposição de seus titulares, na conta controlada prevista no art. 2º, § 12, inciso III da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2008, enquanto perdurar o estado de calamidade pública nacional, previsto no Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput incidirá em todos os parcelas do Bolsa Família pago que ainda estejam válidas, segundo o calendário de pagamentos e o calendário operacional do programa.

9: O acumulado do Projeto inclui o desembolso de gastos retroativos, conforme RPA subscritas ao BIRD por meio do Sistema Client Connection em 10 de agosto para fim de reembolso de despesas elegíveis.

* Restatuto BIRD - São informações referentes à expansão do PIB no período de setembro de 2020 a abril de 2021. Reembolsos retroativos referentes a pagamentos feitos antes desta Data de Assinatura do Acordo de Empréstimo, desde que realizados a partir de 1 de setembro de 2020, para Despesas Elegíveis relacionadas à Categoria (1).

* Reembolso BIRD - Refere-se às famílias já com beneficiários no mês de março de 2020 (11.038.120), pago no mês de setembro de 2020 (ESTOQUE).

* Apenas para o componente de expansão financiada pelo BIRD foi considerado o orçamento de 2021 também para o primeiro desembolso.

* O reembolso dos gastos retroativos financiados pelo BIRD no valor de US\$ 200.000.000,00 foi processado com data valor de 16 de agosto de 2022, com taxa de conversão de US\$ 1,00 = R\$ 5,24, resultando em um equivalente de R\$ 1.048.000.000,00.

10: Exatidão no caso do BIRD, o valor total desembolsado no período, pelos demais financiadores, representa 100% dos respectivos acordos de empréstimo e que foram desembolsados de modo retroativo.

STN: atualizar taxas aqui		CÂMBIO (Dólar para Real)		CÂMBIO (Euro para Dólar)	
BIRD	BID	NDB	CAF	AFD (7)	KfW
5,74	5,3878	5,3878	5,3878	5,3878	1
Tx 1		5,01			
Tx 2					

PROJETO: Emergency Income Support for Vulnerable Populations Affected by COVID 19 in Brazil

Período (mês) :

Cálculo dos Benefícios Auxílio Emergencial Elegíveis para Financiamento pela AFD em Reais

Descrição	Valores
A = Valor Total Pago pela Caixa em benefícios Auxílio Emergencial no mês - Grupo 2 (Bolsa Família)	15.176.395.800,00
B = Valor Elegível para reembolso AFD	#REF!
C = Valor Elegível AFD/Valor total Pago no mês para Grupo 2 (%)*	#REF!
D = Ajuste do período precedente (valores estimados que não foram sacados pelos beneficiários)	0,00
Valor elegível pelo reembolso = B-D	#REF!

Cálculo dos Benefícios Bolsa Família Elegíveis para Financiamento pela AFD em Reais

Descrição	Valores
A = Valor Total Pago pela Caixa em benefícios Bolsa Família no mês (abril) - Sacado conforme relatório definitivo	110.220.318,00
B = Valor Elegível para reembolso AFD	109.934.568,00
C = Valor Elegível AFD/Valor total Pago no mês (98%)*	99,74%
D = Ajuste do período precedente (valores estimados que não foram sacados pelos beneficiários)	0,00
Valor elegível pelo reembolso = B-D	109.934.568,00

(*)C = Corresponde ao percentual saque em relatório parcial, considerando que a Portaria n.º 444, do MC, de 22 de julho de 2020, prorroga o período de validade dos benefícios financeiros do Programa Bolsa Família à disposição de seus titulares, na conta contábil prevista no art. 2º, § 12, inciso III da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, enquanto perdurar o estado de calamidade pública nacional, previsto no Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Parágrafo único. A prorrogação de que trata o caput incidirá em todas as parcelas da Bolsa Família pagas que ainda estejam válidas, segundo o calendário de pagamentos.

Cálculo dos Benefícios Bolsa Família Elegíveis para Financiamento pela AFD em Reais

Descrição	Valores
A = Valor Total Pago pela Caixa em benefícios Bolsa Família no mês (julho) - Sacado conforme relatório parcial	104.493.566,00
B = Valor Elegível para reembolso AFD	109.934.568,00
C = Valor Elegível AFD/Valor total Pago no mês (98%)*	105,21%
D = Ajuste do período precedente (valores estimados que não foram sacados pelos beneficiários)	0,00
Valor elegível pelo reembolso = B-D	109.934.568,00

PROJETO: Emergency Income Support for Vulnerable Populations Affected by COVID 19 in Brazil

Período (mês) :

Cálculo dos Benefícios Bolsa Família Elegíveis para Financiamento pela BID em Reais

Descrição	Valores
A = Valor Total Pago pela Caixa em benefícios Bolsa Família no mês (setembro) Projetado em 98% saque do total de 13.058.228 famílias do estoque baseado em março	2.451.647.312,19
B = Valor Elegível para reembolso BID (Reembolso todo o empréstimo)	1.077.560.000,00
C = Valor Elegível BID/Valor total Pago no mês (%)*	44%
D = Ajuste do período precedente (valores estimados que não foram sacados pelos beneficiários)	0,00
Valor elegível pelo reembolso = B-D	1.077.560.000,00

Cálculo dos Benefícios Bolsa Família Elegíveis para Financiamento pela AFD em Reais

Descrição	Valores
A = Valor Total Pago pela Caixa em benefícios Bolsa Família no mês (maio) - Sacado conforme relatório definitivo	99.972.794,00
B = Valor Elegível para reembolso AFD	109.934.568,00
C = Valor Elegível AFD/Valor total Pago no mês (98%)*	109,96%
D = Ajuste do período precedente (valores estimados que não foram sacados pelos beneficiários)	0,00
Valor elegível pelo reembolso = B-D	109.934.568,00

Cálculo dos Benefícios Bolsa Família Elegíveis para Financiamento pela AFD em Reais

Descrição	Valores
A = Valor Total Pago pela Caixa em benefícios Bolsa Família no mês (junho) - Sacado conforme relatório parcial	100.603.824,00
B = Valor Elegível para reembolso AFD	109.934.568,00
C = Valor Elegível AFD/Valor total Pago no mês (98%)*	109,27%
D = Ajuste do período precedente (valores estimados que não foram sacados pelos beneficiários)	0,00
Valor elegível pelo reembolso = B-D	109.934.568,00

Cálculo dos Benefícios Bolsa Família Elegíveis para Financiamento pela AFD em Reais

Descrição	Valores
A = Valor Total Pago pela Caixa em benefícios Bolsa Família no mês (agosto) - Valor sacado parcial	95.807.444,60
B = Valor Elegível para reembolso AFD	109.934.568,00
C = Valor Elegível AFD/Valor total Pago no mês (98%)*	100%
D = Ajuste do período precedente (valores estimados que não foram sacados pelos beneficiários)	0,00
Valor elegível pelo reembolso = B-D	109.934.568,00

PROJETO: Emergency Income Support for Vulnerable Populations Affected by COVID 19 in Brazil

Período (mês) :

Cálculo dos Benefícios Bolsa Família Elegíveis para Financiamento pela KFW em Reais

Descrição	Valores
A = Valor Total Pago pela Caixa em benefícios Bolsa Família no mês (novembro) Projetado em 98% saque do total de 13.058.228 famílias do estoque baseado em março	2.448.645.041,06
B = Valor Elegível para reembolso KFW (Reembolso todo o empréstimo)	70.000.000,00
C = Valor Elegível KFW/Valor total Pago no mês (%)*	3%
D = Ajuste do período precedente (valores estimados que não foram sacados pelos beneficiários)	0,00
Valor elegível pelo reembolso = B-D	70.000.000,00

PROJETO: Emergency Income Support for Vulnerable Populations Affected by COVID 19 in Brazil
Período (mês) :

Cálculo dos Benefícios Bolsa Família Elegíveis para Financiamento pelo Banco Mundial em Reais

Descrição	Valores
A = Valor Total Autorizado Em benefícios Bolsa Família no mês Setembro/2020	2.734.644.894,00
B = Número total de famílias autorizados no mês	14.274.249
C= Benefício Médio por família estimado = A/B	191,58
D= Expansão da cobertura após COVID-19 = B-13.058.228	1.216.021
E= Ajuste do período precedente (valores estimados que não foram sacados pelos beneficiários)	0,00
Valor elegível pelo reembolso = (D x C) *98%	228.304.683,93

Descrição	Valores
A = Valor Total Autorizado Em benefícios Bolsa Família no mês outubro/2020	2.731.676.118,00
B = Número total de famílias autorizados no mês	14.274.086
C= Benefício Médio por família estimado = A/B	191,37
D= Expansão da cobertura após COVID-19 = B-13.058.228	1.215.858
E= Ajuste do período precedente (valores estimados que não foram sacados pelos beneficiários)	0,00
Valor elegível pelo reembolso = (D x C) *98%	228.028.866,87

Descrição	Valores
A = Valor Total Autorizado Em benefícios Bolsa Família no mês novembro/2020	2.731.210.535,00
B = Número total de famílias autorizados no mês	14.273.802
C= Benefício Médio por família estimado = A/B	191,34
D= Expansão da cobertura após COVID-19 = B-13.058.228	1.215.574
E= Ajuste do período precedente (valores estimados que não foram sacados pelos beneficiários)	0,00
Valor elegível pelo reembolso = (D x C) *98%	227.941.283,24

Descrição	Valores
A = Valor Total Autorizado Em benefícios Bolsa Família no mês dezembro/2020	2.730.699.985,00
B = Número total de famílias autorizados no mês	14.274.021
C= Benefício Médio por família estimado = A/B	191,31
D= Expansão da cobertura após COVID-19 = B-13.058.228	1.215.793
E= Ajuste do período precedente (valores estimados que não foram sacados pelos beneficiários)	0,00
Valor elegível pelo reembolso = (D x C) *98%	227.936.235,23

Descrição	Valores
A = Valor Total Autorizado Em benefícios Bolsa Família no mês janeiro/2021	2.712.375.689,00
B = Número total de famílias autorizados no mês	14.232.705
C= Benefício Médio por família estimado = A/B	190,57
D= Expansão da cobertura após COVID-19 = B-13.058.228	1.174.477
E= Ajuste do período precedente (valores estimados que não foram sacados pelos beneficiários)	0,00
Valor elegível pelo reembolso = (D x C) *98%	219.347.650,70

Cálculo dos Benefícios Bolsa Família Elegíveis para Financiamento pelo Banco Mundial em Reais

Descrição	Valores
A = Valor Total Autorizado Em benefícios Bolsa Família no mês Fevereiro/2021	2.665.125.803,00
B = Número total de famílias autorizados no mês	14.264.964
C= Benefício Médio por família estimado = A/B	186,83
D= Expansão da cobertura após COVID-19 = B-13.058.228	1.206.736
E= Ajuste do período precedente (valores estimados que não foram sacados pelos beneficiários)	0,00
Valor elegível pelo reembolso = (D x C) *98%	220.945.610,94

Cálculo dos Benefícios Bolsa Família Elegíveis para Financiamento pelo Banco Mundial em Reais

Descrição	Valores
A = Valor Total Autorizado Em benefícios Bolsa Família no mês Março/2021	2.708.579.778,00
B = Número total de famílias autorizados no mês	14.524.150
C= Benefício Médio por família estimado = A/B	186,49
D= Expansão da cobertura após COVID-19 = B-13.058.228	1.465.922
E= Ajuste do período precedente (valores estimados que não foram sacados pelos beneficiários)	0,00
Valor elegível pelo reembolso = (D x C) *98%	267.909.333,88

Cálculo dos Benefícios Bolsa Família Elegíveis para Financiamento pelo Banco Mundial em Reais

Descrição	Valores
A = Valor Total Autorizado Em benefícios Bolsa Família no mês Abril/2021	2.726.005.325,00
B = Número total de famílias autorizados no mês	14.611.945
C= Benefício Médio por família estimado = A/B	186,56
D= Expansão da cobertura após COVID-19 = B-13.058.228	1.553.717
E= Ajuste do período precedente (valores estimados que não foram sacados pelos beneficiários)	0,00
Valor elegível pelo reembolso = (D x C) *98%	284.064.304,87

NOTA EXPLICATIVA –
SOLICITAÇÃO DE AUDITORIA N.º 01
AUDITORIA 1066426 – AUDITORIA BIRD 9172/BR

Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil.

As informações que serão apresentadas a seguir devem ser utilizadas para explicar os procedimentos contratuais e de saques dos benefícios do Programa Bolsa Família, sucedido pelo Programa Auxílio Brasil, bem como informações acerca do Auxílio Emergencial, e do Benefício Emergencial para Manutenção do Emprego e Renda, para todos os organismos financiadores do **Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil**.

Importante destacar que as informações constantes neste documento foram produzidas pelos órgãos executores dos componentes do Programa (Ministério da Cidadania e Secretaria Especial do Trabalho do Ministério da Economia, posteriormente transferida para o Ministério do Trabalho e Previdência), e compiladas pela Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Economia.

Dos acordos de empréstimos - Informações financeiras do Programa para todos os financiadores

No âmbito do Ministério da Cidadania (MC), o Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil, foi refinanciado pelos seguintes organismos internacionais:

BIRD, no valor equivalente a U\$1 bilhão de dólares destinados ao reembolso de pagamentos efetuados aos benefícios do Programa Bolsa Família, concedido às novas famílias, denominadas no âmbito deste acordo “Beneficiários Elegíveis do PBF”;

1. BID, no valor equivalente a \$ 200 milhões de dólares para o componente do PBF, àquelas que já eram beneficiárias do programa antes do início da pandemia, ou seja, famílias inscritas anteriormente a março/20 e que receberam os benefícios na folha de pagamento do mês de setembro/2020; o valor equivalente a \$400 milhões de dólares para o componente do Auxílio Emergencial, público do Cadastro Único, reembolsando parte da parcela paga em agosto de 2020 .
2. AFD, no valor equivalente a €130 milhões de Euros para reembolsar despesas do Auxílio Emergencial, pagas ao público do Bolsa Família, nos meses de abril a agosto de 2020; e

no valor equivalente a € 70 milhões de Euros para as famílias que receberam apenas o PBF e não receberam o Auxílio nos referidos meses;

3. KFW, no valor equivalente a € 350 milhões de Euros destinados ao reembolso de despesas realizadas para pagamento do Programa Bolsa Família no mês de novembro de 2020;

4. NDB, o valor equivalente a \$1 bilhão de dólares para o componente do Auxílio Emergencial, público ExtraCad, ou seja, aquelas que não estavam inscritas no Cadastro Único, reembolsando parte das despesas do mês de abril/2020;

Abaixo é apresentado com detalhes os valores e referenciais de execução dos componentes dos referidos acordos sobre a responsabilidade do MC:

Instituição	Componente	Público Alvo	Valor	MOEDA
BIRD	Bolsa Família	Expansão	\$ 1.000.000.000,00	DÓLAR
BID	Auxílio Emergencial	Cadastro Único	\$ 400.000.000,00	DÓLAR
	Bolsa Família	Estoque	\$ 200.000.000,00	DÓLAR
NDB	Auxílio Emergencial	ExtraCad (App)	\$ 1.000.000.000,00	DÓLAR
AFD	Auxílio Emergencial	Bolsa Família	€ 130.000.000,00	EURO
	Bolsa Família	Estoque	€ 70.000.000,00	EURO
KFW	Bolsa Família	Estoque	€ 350.000.000,00	EURO

No âmbito do Ministério da Economia (ME), o Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil foi refinanciado pelo BID, no valor equivalente a \$ 400 milhões de dólares para o componente BEm.

De acordo com informações prestadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Economia, sistematizadas na tabela abaixo, foram realizados desembolsos para os acordos firmados com NDB, AFD e BID, na totalidade do valor dos acordos, em saque único de cada financiador. Em relação ao BIRD, foi realizada a operação de Desembolso nº 1 em 16/08/2021, compreendendo o limite de retroatividade prevista no Projeto, O desembolso nº 2 do Banco Mundial foi realizado em 03/05/2022, no valor total disponível para reembolso. Quanto à KfW, o contrato de empréstimo foi assinado em 18 de fevereiro de 2022 e aguarda os trâmites de tradução juramentada do contrato assinado para seguir os procedimentos da solicitação de desembolso.

ALOCÇÃO DE RECURSOS
TIMELINE DE REFINANCIAMENTO DAS DESPESAS DOS PROGRAMAS PELOS FINANCIADORES

FINANCIADOR	abr/20	mai/20	jun/20	jul/20	ago/20	set/20	out/20	nov/20	dez/20	jan/21	fev/21	mar/21	abr/21	mai/21	jun/21	jul/21	ago/21	set/21	out/21	nov/21	dez/21	jan/22	fev/22	mar/22	abr/22	mai/22	jun/22	jul/22	ago/22	set/22	out/22	nov/22	dez/22
AFD																																	
BID																																	
BIRD																																	
KFW																																	
NDB																																	
CAF (ME)																																	

PROGRAMAS/COMPONENTES	
AE Cadastro	
AE BF	
AE ExtraCad	
BF - estoque	
BF - expansão (retroatividade)	
BF - expansão (efetividade)	
Desembolso Único realizado	
Desembolso previsto/programado	

Financiador	Assinatura do Contrato	Desembolso	RP Semestral 1	RP Semestral 2
AFD	22/12/2020	16/06/2021	OK 20/08/2021	OK 14/02/2022
NDB	24/12/2020	05/02/2021	OK 24/06/2021	OK 07/12/2022
BID	21/12/2020	16/06/2021	OK 30/08/2021	OK 15/12/2022
BIRD	17/06/2021	16/08/2021	OK 31/08/2021	OK 02/03/2022
KFW	18/02/2022	x	x	

Quanto ao BEm, na parcela do componente que foi financiado pelo BID, os reembolsos foram referentes a despesas efetuadas a partir de maio de 2020, e também recebidos em 16/06/2021.

No que se refere ao reembolso recebido da CAF, definimos os programas BEm e Seguro Desemprego como elegíveis para reembolso, uma vez que somente esses dois programas já seriam suficientes para demonstrar a execução orçamentária e o financiamento do CAF, já que não houve contratualmente, a definição de programas elegíveis. Os recursos em moeda estrangeira foram recebidos em 02/02/2021.

O critério utilizado para o registro das despesas elegíveis foi o regime de caixa amparado no valor sacado pelo beneficiário, desde que financiado pelo agente financeiro internacional.

Para a conversão de moedas, foram utilizadas as taxas de câmbio divulgadas no sítio do Banco Central do Brasil (www.bcb.gov.br) nas respectivas datas de recebimento dos recursos em moeda estrangeira.

O Quadro A – Fontes dos Fundos, apresenta também os valores referentes à comissão inicial dos empréstimos, nos casos em que a referida comissão foi paga com recursos do próprio empréstimo.

Instituição	Executor	SEI	Componente
NDB	SECAD	71000.042150/2020-91	Auxílio Emergencial
BID	SECAD	71000.045491/2020-18	Auxílio Emergencial
	SENARC		Bolsa Família
AFD	SENARC	71000.049959/2020-43	Auxílio Emergencial
	SENARC		Bolsa Família
BIRD	SENARC	71000.053715/2020-65	Bolsa Família
KFW	SENARC	71000.059024/2020-75	Bolsa Família

REGULAMENTAÇÃO GERAL DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou emergência de saúde pública de interesse internacional pelo surto do novo coronavírus (COVID-19). Frente ao avanço do surto, no dia 11 de março foi declarado pela mesma organização que a expansão da doença se configura como uma pandemia. Neste sentido, o Ministério da Saúde vem recomendando diversas medidas para controlar e tentar diminuir a proliferação do vírus na população brasileira, que vão desde a quarentena de pessoas suspeitas de estarem infectadas pelo vírus até a recomendação para a população evitar aglomerações.

Estas medidas, necessárias para desacelerar a contaminação da população brasileira pela COVID-19, evitar o colapso do sistema de saúde e, conseqüentemente, preservar vidas, atingem diretamente a população de baixa renda do país, em virtude de ser este contingente populacional o que mais possui empregos precários ou informais e que trabalha como autônomo no país.

Com o intuito de promover maior proteção social, devido ao momento emergencial vivido causado pelo novo coronavírus, bem como de contribuir para as medidas de saúde coletiva, de tal modo que a população pudesse praticar o distanciamento social, sem perder totalmente sua renda, houve a publicação da Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020, que “Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020”.

Inicialmente, a legislação previa o pagamento de 3 parcelas do benefício a partir do mês de abril de 2020. Entretanto, com a continuação da pandemia de COVID-19, foi prorrogado por mais dois meses, por meio do Decreto nº 10.412, de 30 de junho de 2020, totalizando 5 parcelas. As 5 parcelas tinham os valores de R\$ 600,00 reais para cada beneficiário, com o limite de 2 beneficiários por família. Para as mulheres provedoras de famílias monoparentais (sem cônjuges ou companheiros, com pelo menos uma pessoa menor de dezoito anos de idade na família), o valor do benefício era de R\$ 1.200,00.

Após a prorrogação inicial, com a continuação e o agravamento da pandemia da COVID-19, bem como de suas consequências econômicas, o benefício foi estendido até o mês de dezembro de 2020 pela Medida Provisória nº 1.000, de 2 de setembro de 2020, que criou o Auxílio Emergencial Residual. Para este benefício, as parcelas tinham os valores de R\$ 300,00 por beneficiário, e de R\$ 600,00 para as mulheres provedoras de famílias monoparentais. Os valores pagos a cada família estavam limitados a 2 cotas.

No início de 2021, a pandemia da COVID-19 teve sua situação agravada, atingindo os mais altos patamares de contaminação e esgotamento do sistema de saúde, o que gerou a necessidade de criação de um novo auxílio, denominado Auxílio Emergencial 2021, criado pela Medida Provisória nº 1.038, de 19 de março de 2021. As parcelas do benefício tiveram os seguintes valores: R\$ 250,00 como valor de referência, sendo R\$ 375,00 para a mulher provedora de família monoparental e R\$ 150,00 para o membro de família unipessoal.

Por fim, destaca-se ainda, a promulgação da Lei nº 14.171, de 10 de junho de 2021, que altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, para estabelecer medidas de proteção à mulher provedora de família monoparental em relação ao recebimento do auxílio emergencial de que trata o seu art. 2º; abrindo a possibilidade de pessoa independente do sexo (homem ou mulher) ser considerada pessoa provedora de família monoparental.

Inicialmente, é importante explicitar que a Lei nº 13.982, de 2020, previu diversos critérios e condições para elegibilidade dos cidadãos, sendo selecionados a partir de três públicos:

- (i) beneficiários do Programa Bolsa Família - PBF;
- (ii) cadastrados no Cadastro Único; e,
- (iii) demais trabalhadores.

Para os dois primeiros públicos, o processo de avaliação dos critérios de elegibilidade e de concessão do auxílio ocorreu sem necessidade de solicitação do auxílio emergencial pelos beneficiários, com base na análise dos dados já registrados no Cadastro Único de 02 de abril de 2020; já aqueles que não estavam incluídos no Cadastro Único e PBF precisaram solicitar o benefício por meio de plataforma digital (aplicativo e site) disponibilizada pela CAIXA.

Para a consecução do objetivo da lei, atender as pessoas mais vulneráveis no momento da pandemia de COVID-19, após definido as regras e públicos, foi realizada uma operação extremamente complexa e ágil que envolveu três instituições diretamente: o Ministério da Cidadania, a CEF e a Dataprev. Para tanto, o Ministério da Cidadania precisou contratar em tempo recorde a CAIXA e Dataprev, para que fosse possível disponibilizar plataforma de inscrição aos cidadãos, verificar os diversos requisitos de elegibilidade previstos legalmente e realizar o pagamento dos benefícios.

Diante desta situação, e em virtude da existência do Cadastro Único, que já possuía os dados de aproximadamente ¼ da população brasileira, focalizado nas mais vulneráveis, foi possível, em 20 dias, após a entrada em vigor da Lei nº 13.982/20, beneficiar mais de 43 milhões de cidadãos.

Entre os cidadãos beneficiados, mais de 13 milhões se inscreveram diretamente na plataforma disponibilizada pela CAIXA, ou seja, passaram por todo o processo de inscrição e verificação dos requisitos de elegibilidade em 20 dias.

Portanto, além da utilização dos dados do Cadastro Único, que é o maior instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, com quase

20 anos de existência e processos de qualificação próprios, foram criados pela Caixa um aplicativo e um site especificamente para a inscrição de cidadãos para se candidatarem ao recebimento do Auxílio Emergencial.

Estas funcionalidades permitiram a inclusão dos dados dos cidadãos necessários à verificação de elegibilidade para o benefício, que fora realizada com a utilização de bases de dados governamentais. Além disso, permitiram a consulta sobre o resultado da avaliação de elegibilidade pelos cidadãos, a apresentação de contestação perante o indeferimento do benefício, bem como o direcionamento para o aplicativo Caixa TEM utilizado para o pagamento dos benefícios.

Ainda no que se refere à requisição para o do Auxílio Emergencial, cabe destacar que inicialmente a solicitação somente podia ser feita pelos cidadãos de forma totalmente digital, visando eliminar a necessidade de deslocamento das pessoas para esse fim. Entretanto, a partir de 8 de junho, foi disponibilizada às populações mais vulneráveis a possibilidade de realizarem o cadastramento assistido de forma presencial nas agências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), a partir de acordo firmando entre o Ministério da Cidadania e os Correios.

A parceria com os Correios teve como objetivo viabilizar o cadastramento assistido das pessoas em situação de maior vulnerabilidade, visando garantir uma forma presencial para que famílias sem acesso ao celular ou à internet pudessem fazer a solicitação do AE. Foram cadastrados nas agências dos Correios, de 08 de junho a 02 de julho de 2020, 14.571 pessoas, sendo 10.485 consideradas elegíveis.

Além do aplicativo e do site criados pela CAIXA, a Dataprev também disponibilizou o Portal do Auxílio Emergencial. Dessa forma, por meio da funcionalidade “Consulta Auxílio”, existente no site entregue, os cidadãos puderam acompanhar com mais detalhes a avaliação de elegibilidade e passaram a ter acesso às informações mais detalhadas sobre os motivos de indeferimento dos auxílios. Posteriormente, os motivos de bloqueio e cancelamento passaram a ser feitos como medidas de controle da focalização dos benefícios.

É importante ressaltar que, desde o início da gestão dos auxílios, a verificação de elegibilidade dos critérios previstos na legislação foi realizada a partir do batimento de bases de dados, originalmente disponibilizadas à DATAPREV, para possibilitar a melhor focalização do auxílio emergencial.

Além disso, em virtude da situação emergencial por que passava e ainda passa o país e o mundo, decorrente da pandemia de COVID-19, o objetivo principal da lei era atender, da forma mais célere possível, as pessoas em vulnerabilidade e, portanto, o benefício deveria ser concedido o mais rapidamente possível, devendo os esforços de operacionalização recaírem sobre a concessão do benefício, conforme estabelecido inclusive na mensagem de veto, que justifica a exclusão do dispositivo legal, que visava a revisão de concessão de benefícios: “A propositura legislativa, ao prever que o Auxílio Emergencial será cessado quando constatado o descumprimento dos requisitos de concessão previstos nos incisos I a V do caput, contraria o interesse público, tendo em vista a temporalidade de duração do auxílio, de forma que os procedimentos necessários à apuração da elegibilidade do público beneficiário sejam feitos uma única vez, com a concentração de esforços e custos operacionais na construção das ações necessárias à mitigação dos prejuízos causados pelo Covid-19 à população mais vulnerável”.

Dessa forma, dado o caráter temporário do Auxílio Emergencial, a concentração de esforços do Poder Executivo foi no sentido de conceder o benefício, no menor tempo possível, para mitigar os efeitos da crise econômica de forma emergencial.

Portanto, diante da vedação pela Presidência do dispositivo legal que previa a revisão de benefícios, em princípio, não deveriam ser revistos ou terem estabelecidos procedimentos que pudessem atrasar a concessão, principalmente porque tais concessões estavam sendo realizadas com mecanismos que visavam a sua focalização, através de diversas sequências de processamentos e verificações. Ainda assim, após determinação do TCU, no Acórdão 2282-2020 TCU - Plenário, foi implementada a verificação mensal para a manutenção do Auxílio Emergencial, além da sua inclusão na Medida Provisória nº 1.000, de 2020, e na Medida Provisória nº 1.039, de 2020.

ORÇAMENTO

Abaixo quadro com o orçamento disponibilizado, para os exercícios de 2020 e 2021, para o Ministério da Cidadania para custear o auxílio emergencial – Covid 19.

Execução Orçamentária do Ministério da Cidadania - 2020					
Ação Orçamentária		Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
00S4	Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, Devido à Pandemia da COVID-19	254.240.000.000	231.181.088.019	229.905.810.167	229.905.730.367
00SF	Auxílio Emergencial Residual para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (COVID-19)	67.600.886.209	64.051.771.295	63.039.733.116	63.039.703.716
Total em 2020		321.840.886.209	295.232.859.314	292.945.543.283	292.945.434.083
Execução Orçamentária do Ministério da Cidadania - 2021					
00S4	Auxílio Emergencial de Proteção Social a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade, Devido à Pandemia da COVID-19	4.173.629.579	4.169.252.757	4.690.668	4.690.668
00SI	Auxílio Emergencial 2021 para o Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (Covid-19)	62.607.725.000	60.786.021.808	59.651.207.342	59.651.207.342
Total em 2021		66.781.354.579	64.955.274.565	59.655.898.010	59.655.898.010

IMPACTO DOS AUXÍLIOS

O Auxílio Emergencial foi considerado um dos melhores e mais efetivos programas de transferência de renda do mundo para minimizar os efeitos da pandemia de COVID-19. Foram 68,3 milhões de cidadãos elegíveis, 118,8 milhões de pessoas alcançadas e mais de R\$ 295 bilhões transferidos aos cidadãos pelos auxílios AE20 e AER.

Nesse sentido, abaixo destacam-se alguns números para ilustrar a magnitude do benefício:



No que se refere ao AE21, foram 39,4 milhões de cidadãos elegíveis e quase 60 bilhões de reais repassados.



Ademais, em virtude da promulgação da Lei nº 14.171, de 10 de junho de 2021, foi incluído na legislação do auxílio mais um grupo para o recebimento de 2 cotas, os cidadãos do sexo masculino provedores de família monoparental, uma vez que na redação original da lei, o pagamento de cota dupla estava reservado apenas para as cidadãs de sexo feminino provedoras de família monoparental. Em estimativa inicial do Ministério da Cidadania, a estimativa de beneficiários contemplados varia entre 1.429.388 e 1.348.968 e a estimativa de gastos varia entre R\$ 4.152.914.400,00 de R\$ 3.987.912.600,00.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS TRANSFERIDOS NO ÂMBITO DO BOLSA FAMÍLIA

O contrato celebrado entre o MC e a Caixa Econômica Federal (CAIXA) prevê que os repasses financeiros devem ocorrer com antecedência necessária, de modo que os recursos estejam em poder da CAIXA, 2 (dois) dias úteis antes da data prevista para o início do calendário de pagamento dos benefícios. Caso o MC não efetue os repasses dos recursos devidos para o pagamento de benefícios com a antecedência definida, ficou assegurado à CAIXA o direito de optar pela suspensão dos pagamentos até que seja normalizado o fluxo financeiro.

Desta forma, o MC avalia, mensalmente, a necessidade de repasse integral dos recursos solicitados pela CAIXA, com base na folha de pagamento, considerando os saldos existentes e a projeção de desembolsos. O MC procura manter a conta suprimimento sempre com o saldo positivo, fazendo os repasses à CAIXA sempre que necessário.

Os recursos são creditados à CAIXA por meio de ordem bancária de reserva - OBR, no Sistema de Pagamentos Brasileiro - SISPB, em conta de movimentação e reserva, devidamente identificados por meio do Código Identificador de Transferência – CIT.

Os recursos repassados para contas gráficas e recursos, enquanto não depositados nas contas dos beneficiários ou sacados diretamente na conta gráfica, são atualizados automaticamente pela variação da Taxa Extramercado do Banco Central do Brasil. A atualização financeira devida é calculada sobre o saldo diário e repassada ao MC no 2º dia útil do mês subsequente ao período de apuração.

Os recursos relativos aos benefícios não pagos dentro dos respectivos períodos de validade são devolvidos, salvo disposição em contrário, até o penúltimo dia útil do mês subsequente ao vencimento da parcela do benefício.

Para comprovação do valor devolvido, a CAIXA encaminha ao MC por Comunicação Eletrônica (CE) a informação do valor devolvido dos saldos de recursos de cada folha vencida, com base no relatório comprobatório encaminhado via B2B. A CE, conta com numeração individual, e é encaminhada ao MC por e-mail, via B2B em formato PDF. Na ausência de relatórios comprobatórios dos pagamentos por folha vencida, são encaminhados relatórios que embasam a devolução efetuada, os quais são substituídos por ocasião da finalização dos relatórios definitivos.

Anualmente é entregue pela CAIXA o Relatório de Execução - RA, ondem são considerados eventuais ajustes em relação aos valores devolvidos mensalmente, devidamente corrigidos pela variação da Taxa Extramercado do Banco Central do Brasil, da data da ocorrência até a efetiva devolução. A entrega do RAE, ocorre no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, após o término da validade das parcelas dos benefícios relativos à última folha de pagamentos do exercício, onde são apresentados os demonstrativos da remuneração mensal da conta suprimento e dos valores pagos e não pagos aos beneficiários e demais demonstrações operacionais e financeiras do exercício.

O acesso do MC à movimentação financeira dos recursos dos Programas é feito por meio de relatórios encaminhados diariamente à área financeira do MC (Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira, do Departamento de Operação da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania).

COMO OCORREM OS PAGAMENTOS DOS BENEFÍCIOS DOS PROGRAMAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Após a transferência dos recursos, a CAIXA, por sua vez, efetua os pagamentos dos benefícios do PBF obedecendo o calendário de pagamento do Programa Bolsa Família e as famílias beneficiárias efetuam os saques nos seguintes canais de atendimento CAIXA, observando as regras fixadas pelo Banco Central do Brasil para criação e funcionamento:

- a) Agências, postos avançados de atendimento ou postos de atendimento bancário eletrônico - estabelecimentos próprios da CAIXA;
- b) Unidades lotéricas - pessoa jurídica responsável pela permissão outorgada pela CAIXA para realização de prognósticos e serviços bancários estabelecidos em contrato;
- c) Correspondentes CAIXA AQUI - estabelecimentos comerciais credenciados e habilitados pela CAIXA para prestarem serviços especificados em contrato;
- d) Salas de Autoatendimento - equipamentos de automação bancária da CAIXA, sob a responsabilidade de uma agência bancária;
- e) Unidade Itinerante - são unidades móveis, que oferecem serviços bancários de uma agência normal, exceto depósitos; e
- f) Outros canais de pagamento oferecidos pela CAIXA e autorizados pelo MC.

Nos municípios em que os canais de pagamento estejam indisponíveis por período superior a 30 (trinta) dias, a CAIXA promove, de acordo com a validade da parcela, a partir da qual se iniciou

a indisponibilidade do canal de pagamento, o pagamento do benefício por qualquer mecanismo identificado de acesso aos beneficiários, tais como:

- a) Equipe volante de pagamento;
- b) Pagamento em município vizinho mais próximo com condições de realizar o pagamento, limitado a municípios em um raio de 30 Km;
- c) Outros meios acordados entre as partes.

O pagamento por meio de equipe volante está condicionado à existência de local que garanta a segurança de empregados CAIXA e dos beneficiários do Programa, bem como a existência de condições de acessibilidade e de operação de serviços de transporte de numerário.

São consideradas as seguintes definições para a situação de municípios:

- a) Assistido: município com canal de pagamento CAIXA ativo na data de referência;
- b) Desassistido: município sem canal de pagamento ou com canal suspenso ou com canal inativo há mais de 30 dias na data de referência;
- c) Suspenso: município sem canal de pagamento por até 30 dias devido a penalidade, restrição contratual ou inadimplência do canal;
- d) Inativo: município com canal de pagamento inativo por até 30 dias devido a problemas de natureza tecnológica, por instalação de equipamento e estruturação para ativação, ou interrupção de fornecimento de energia, ou quaisquer motivos de natureza técnica;

A CAIXA dá suporte necessário a disponibilização de numerário nos canais de pagamento, especialmente nos dias do calendário de pagamentos, em patamares adequados ao atendimento das famílias.

Na ocorrência de queixas quanto à dificuldade de numerário para suprir pagamentos a beneficiários, o MC demanda à CAIXA a verificação da ocorrência para que esta adote as soluções necessárias.

O saque das parcelas do PBF, poderá ser realizado pelo respectivo Responsável pela Unidade Familiar por uma das seguintes formas:

- a) Saque eletrônico – plataforma social: realizado pelo titular do cartão em qualquer canal de pagamento, por meio de cartão magnético do Programa e digitação da respectiva senha eletrônica individual ou identificação biométrica em terminais que possuam leitora biométrica;
- b) Saque eletrônico – plataforma bancária: realizado pelo beneficiário titular da conta em qualquer canal de pagamento, mediante o uso de cartão ou outro instrumento de saque com a digitação da respectiva senha eletrônica individual previamente cadastrada ou identificação biométrica em terminais que possuam leitora biométrica;
- c) Saque por guia de pagamento: realizado pelo beneficiário devidamente identificado, pelo portador da Declaração de Substituição de Responsável pela Unidade Familiar, pelo beneficiário de posse da Declaração Especial de Pagamento ou por pessoa que esteja em posse de decisão judicial ou procuração legal em nome do Responsável pela Unidade Familiar. Esta modalidade de pagamento deverá ser efetuada em agências bancárias da CAIXA ou ainda em eventos programados em parceria com os municípios;

d) Outras modalidades de pagamento acordados entre as partes.

A opção de saque pelo portador de Declaração de Substituição de Responsável pela Unidade Familiar, citada na alínea “c” do item anterior, é emitida pelo Gestor Municipal do PBF e acompanhada de identificação pessoal. A Declaração de Substituição de Responsável pela Unidade Familiar é aceita por qualquer agência de vinculação da CAIXA com o município. Essa declaração será válida somente para a substituição dos titulares de conta contábil, ou seja, de parcela disponível na plataforma social.

A opção de saque por meio de procuração é feita mediante apresentação de instrumento específico, público ou particular com firma reconhecida, e com prazo de validade, dentro do qual o procurador poderá fazer saques de todas as parcelas disponibilizadas. Caso o responsável pela unidade familiar ou o representante legal seja analfabeto, o pagamento por meio de procuração será necessariamente mediante instrumento público.

Na hipótese de contestação do responsável pela unidade familiar quanto à eventual pagamento de parcelas do PBF a pessoa indevida, a CAIXA comunicará o fato ao MC, para adoção das providências cabíveis.

Quando em um município, por meio de publicação de ato do executivo, for decretado emergência e/ou estado de calamidade pública, o MC poderá definir as seguintes ações especiais de pagamento:

a) Quebra do escalonamento do calendário de pagamento dos programas de transferência de renda no município;

b) Utilização da Declaração Especial de Pagamento para beneficiários que se apresentem sem documentos de identificação e/ou sem o cartão social do PBF.

Além das ações descritas no item anterior, em caso de dificuldade de acesso dos beneficiários aos canais de pagamento a CAIXA poderá implementar outras ações de pagamento.

A CAIXA informará ao MC mensalmente até o 10º dia útil do mês subsequente, as irregularidades identificadas nos canais de pagamento, de que teve conhecimento, no que se refere ao pagamento das famílias beneficiárias.

É disponibilizado ao beneficiário comprovante impresso no momento da utilização do cartão nos canais CAIXA, contendo informação referente ao benefício pago, quando ocorrer o saque ou a tentativa de saque, conforme leiaute acordado entre as partes.

Para a identificação do valor reembolsável por cada organismo financiador é feito o cálculo a partir do volume de saques, tomando por base os quantitativos de famílias e valores sacados e não sacados dentro do período de vigência de cada parcela oferecida como parte financiada.

Em resumo, do ponto de vista da execução orçamentária e financeira, os recursos alocados nos programas vinculados ao acordo obedecem a legislação nacional afeta ao tema e são registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e as transferências dos recursos são contabilizadas em elemento de despesa próprio, estando amparadas pelas normas e técnicas aplicadas a contabilidade pública brasileira. Por meio de Contrato Administrativo, firmado com a Caixa Econômica Federal, de prestação de serviços de agente operador, os procedimentos e processamentos das faturas para pagamento dessa prestação de serviços fornecem checagem e exatidão dos cálculos que são realizados pela área responsável pela administração do referido

Contrato. A regularidade no envio de relatórios de pagamentos de benefícios pela CAIXA, está prevista em contrato, com previsão de multas por descumprimento. Como mecanismos de conferência o MC atesta mensalmente as operações de pagamento, entre outros serviços contratados, se ocorreram respeitando os normativos e regras contratuais. Há um acompanhamento sistemático dos recursos repassados à CAIXA para pagamento dos benefícios. A folha de pagamento é atestada pelo MC mensalmente, de forma automatizada, de acordo com um caderno de regras de negócio.

PROGRAMA EMERGENCIAL DE MANUTENÇÃO DO EMPREGO E RENDA (PEMEI)

Proteção para população vulnerável que não se encontra nos padrões de programas de transferência de renda, e que trabalha no setor formal. (US\$400 milhões).

Este componente financiou intervenções destinadas a proteger o emprego formal, bem como a renda da população vulnerável ocupada nesse setor em risco de perda de emprego. Especificamente, o componente financiou em 2020 transferências do Benefício Emergencial destinado a trabalhadores formais que chegaram a acordos com suas empresas no âmbito da regulamentação do PEMEI.

No nível global, a redução da mobilidade e da atividade econômica que gerou a pandemia da COVID-19 foi transmitida ao mercado de trabalho, tanto no nível de emprego e desemprego, como no de rendimentos e remunerações. A intensidade e a duração desses efeitos são incertas e preveem-se díspares entre países e setores da economia. No caso do Brasil, no início da pandemia esperava-se que o choque econômico afetasse em maior medida as pessoas com empregos em setores que demandam mais atividades de interação direta com os clientes e que não podem ser realizadas à distância. Sob essa definição, no final de 2019, cerca de 40% dos empregos no Brasil (37 milhões de pessoas) estavam concentrados em setores produtivos vulneráveis à pandemia. Em relação ao resto da economia, no final de 2019 os empregos nesses setores vulneráveis eram desempenhados em maior proporção de maneira informal ou por conta própria (51,7% vs 45,2% para os assalariados formais), por mulheres (52,1% versus 38,2% para os homens), por pessoas com nível educacional que não superava o secundário (44,1% versus 39,4% para aqueles com algum grau de educação terciária ou superior) e por população afrodescendente ou indígena (56,6% vs 52,4% para o resto da população).

Segundo o Ministério da Economia (ME), 34% dos 35,4 milhões de vínculos trabalhistas formais no setor privado poderiam chegar a ser rompidos por causa da pandemia. Conforme discutido em maior detalhe na seção de Eficácia deste documento, algumas simulações de um cenário contrafactual sem o Auxílio Emergencial e sem o Benefício Emergencial parecem razoavelmente corroborar essas expectativas¹⁹.

Para mitigar os efeitos da pandemia na renda do trabalho e no emprego, são necessárias políticas compensatórias de grande escala como as que vêm sendo implementadas. A experiência internacional durante a pandemia, particularmente a gerada em países de nossa região, demonstrou que a implementação de medidas de transferência de renda, seja através do aumento do montante de programas pré-existentes, como Bolsa Família, ou da implementação de programas de transferência temporários, como o Auxílio Emergencial, podem constituir uma plataforma efetiva para compensar a perda de renda sofrida pelas famílias, particularmente as mais vulneráveis, e que podem ajudar a mitigar as perdas de longo prazo associadas a esses choques relacionadas à perda de capital humano.

Por outro lado, embora o seguro-desemprego tenha a função de proteger a perda temporária de renda do trabalho dos trabalhadores formais, há evidências de que a suspensão do vínculo empregatício tem um efeito negativo em termos de empregabilidade e renda do trabalho a longo prazo. Da mesma forma, a destruição maciça de empregos produtivos-que só se tornaram inviáveis no contexto de uma crise temporária-implicaria grandes perdas de capital humano específico para a empresa e, uma vez terminada a crise, significaria um alto custo para a formação de novos vínculos trabalhistas, o que tem impactos negativos na produtividade, tornando ainda mais pertinente a implementação de estratégias como o PEMEI.

REEMBOLSO NO AMBITO DO ACORDO COM NEW DEVELOPMENT BANK – NDB

O objetivo do projeto foi de mitigar os efeitos econômicos negativos associados ao COVID-19 sobre a renda e os riscos de prejudicar o capital humano de famílias pobres.

O Ministério da Economia foi arrolado no Contrato como mutuário, ao passo que o Ministério da Cidadania foi a Agência Executora dos recursos. O contrato não prevê contrapartida pelo Governo brasileiro e não traz o componente de assistência técnica entre as partes.

A primeira negociação de componentes sob gestão do Ministério da Cidadania no âmbito do Programa Emergencial de Apoio a Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil foi realizada com o New Development Bank (NDB).

Trata-se de Acordo de Empréstimo nº 20BR02 firmado entre a República Federativa do Brasil, representada pelo Ministério da Economia, e o New Development Bank (NDB) no âmbito do Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID19 no Brasil.

O acordo importa em empréstimo de \$ 1 bilhão de dólares, para auxiliar no financiamento do componente do Auxílio Emergencial, a ser executado pelo Ministério da Cidadania.

O Programa objeto do Contrato foi definido como o financiamento dos gastos incorridos de acordo com a Lei nº 13.982/2020.

Os recursos disponibilizados utilizados para reembolso do pagamento do Auxílio Emergencial ao grupo de beneficiários que se cadastraram via aplicativo específico ou pelo site CAIXA – Auxílio Emergencial (<https://auxilio.caixa.gov.br/>) que receberam o Auxílio no valor de R\$ 600,00.

O valor foi destinado para reembolso, parcial, da primeira parcela, paga no mês de abril de 2020. Com essa medida foi possível efetuar reembolso equivalente à parcela de R\$ 600,00 recebida por 8.728.333 beneficiários. A seção 2.5 do Acordo autoriza o uso do valor do empréstimo para “reembolso de Pagamentos Retroativos incorridos em relação ao Empréstimo a partir da data de Financiamento Retroativo”, definida como 02 de abril de 2020. O Contrato define ainda que o Limite de Financiamento Retroativo é de até 100% do valor do Empréstimo.

O período de pré-negociação ocorreu entre 24 de junho e 3 de julho. A reunião de pré-negociação foi realizada no dia 3 de julho e teve a participação de representantes dos Ministérios da Cidadania (MCidadania) e da Economia (ME), através da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN/ME), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME) e da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais (SAIN/ME).

A missão de negociação foi realizada ano dia 9 de julho de 2020, e teve representantes do Ministério da Cidadania (MCidadania), da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN/ME), da Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME) e da Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais (SAIN/ME). Por parte do Ministério da Cidadania, a reunião contou com participação da Secretaria Executiva, da Consultoria Jurídica e da Coordenação-Geral de Cooperação Técnica da Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências, conforme lista de participantes constante no documento Memória de Negociações.

Em que pese a Seção 4.4 contenha a previsão de Cumprimento de Requisitos Ambientais e Sociais, o Banco não exigirá relatórios sobre este tema. O NDB, conforme demonstrado na Memória das Negociações, entende que o Programa não causará impactos ambientais e sociais negativos. Como o Programa deve seguir o Marco Social e Ambiental do Banco, foi solicitado pelo NDB que a menção aos requisitos previstos na Seção fosse mantida.

Ao Ministério da Cidadania coube a tarefa de produzir relatórios que confirmem o uso dos recursos do empréstimo está em estrita conformidade com o Contrato, que os impactos do Programa foram alcançados e que a auditoria foi conduzida de acordo com a legislação aplicável.

Acordou-se a apresentação do presente Relatório Intermediário, em até 6 meses após a data do Contrato e relatório consolidado será submetido ao NDB em até 6 meses após a data de conclusão do Programa.

Nos termos da Carta Consulta, o prazo do empréstimo foi de 30 anos, contados da data de assinatura do Contrato, incluindo um período de carência de 5 anos. O pagamento realizado pelo governo brasileiro em 50 parcelas, nos dias 15 de março e 15 de setembro, conforme previsto na Seção Definições e no Cronograma de Amortização (Anexos I e II do Contrato, respectivamente).

Quanto aos recursos transferidos aos cidadãos, abaixo se apresenta o demonstrativo com os referenciais financeiros, os instrumentos de repasse dos recursos a CAIXA, a efetividade de saque e valor reembolsado:

INSTITUIÇÃO	NDB
REFERÊNCIA	Abril/2020
NÚMERO OB	2020OB800004
PÚBLICO	ExtraCad
QT. BENEFICIÁRIOS	9.089.604
VALOR REPASSADO CAIXA	R\$ 5.453.762.400,00
VALOR PAGO BENEFICIÁRIOS	R\$ 5.425.637.400,00
QT. BENEFICIÁRIOS PAGOS	9.042.729
VALOR DEVOL NÃO SAQUE	R\$ 23.355.000,00
QT. BENEFICIÁRIOS DEVOL NÃO SAQUE	38.925
VALOR DEVOL SOLICITADA MC	R\$ 4.770.000,00
QT. BENEFICIÁRIOS DEVOL SOLICITADA MC	7.950

Outrossim, informa-se que foram creditados R\$ 153.464.521.200,00 (cento e cinquenta e três bilhões e quatrocentos e sessenta e quatro milhões e quinhentos e vinte e um mil e duzentos

reais) de abril a dezembro de 2020 do público ExtraCad do Auxílio Emergencial, sendo devolvido pela CAIXA tendo em vista o não saque do beneficiário o valor de R\$ 2.544.878.700,00 (dois bilhões e quinhentos e quarenta e quatro milhões e oitocentos e setenta e oito mil e setecentos reais).

REEMBOLSO NO AMBITO DO ACORDO COM O AFD – AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO.

A AFD destinou ao projeto EUR\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de euros), os quais foram utilizados para os pagamentos de parcela dos benefícios financeiros previstos no Programa, divididos em dois componentes:

4. Componente 1 (EUR 130 milhões): Programa Auxílio Emergencial (AE), voltado para o público Bolsa Família;
5. Componente 2 (EUR 70 milhões): Programa Bolsa Família (PBF).

O acordo firmado com a AFD previa o financiamento das despesas com o Programa Bolsa Família, no período de abril a agosto de 2020. Nesse período a Lei 13.998, de 2020, estabeleceu no seu § 2º que nas situações em que for mais vantajoso, o auxílio emergencial substituirá, temporariamente e de ofício, o benefício do Programa Bolsa Família, ainda que haja um único beneficiário no grupo familiar. [\(Redação dada pela Lei nº 13.998, de 2020\).](#)

Desta forma, grande parte das famílias do PBF migraram para o Auxílio Emergencial, sendo o reembolso proporcional a parcela correspondente às famílias que permaneceram no PBF, de 13.058.228 famílias relativas ao estoque. Foram repassados à CAIXA R\$ 563,392.209,00, enquanto os saques corresponderam à R\$ 457.381.375,00. A tabela 1 – abaixo apresenta o detalhamento dos repasses e dos quantitativos de saques o período.

[Tabela –1](#) o detalhamento dos repasses e dos quantitativos de saques o período.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - LEI N.º 10.836, DE 2004				
Referência	Quant. De Famílias	Valor da folha	Quant. Famílias Sacaram	Valor Sacado
abril-20				
Folha do PBF	14.274.274	2.685.802.435,00		
Folha PBF puro - sem AE	707.706	113.145.595,00	675.184	109.934.568,00
Folha PBF - Estoque	13.058.228	2.456.995.050,00	12.458.149	2.028.456.285,00
Elegíveis AFD	647.416	103.506.638,00	617.665	100.569.230,00
maio-20				

Folha do PBF	14.281.761	2.687.061.795,00		
Folha PBF puro - sem AE	763.393	124.831.880,00	561.830	89.374.548,00
Folha PBF - Estoque	13.058.228	2.456.858.476,00	9.610.390	1.528.797.434,00
Elegíveis AFD	697.992	114.137.349,00	513.697	81.717.668,00

junho-20

Folha do PBF	14.283.507	2.684.273.056,00		
Folha PBF puro - sem AE	663.871	106.707.970,00	624.894	100.603.824,00
Folha PBF - Estoque	13.058.228	2.454.008.639,00	12.291.557	1.978.859.834,00
Elegíveis AFD	606.922	97.554.215,00	571.289	91.973.772,00

julho-20

Folha do PBF	14.283.466	2.732.364.850,00		
Folha PBF puro - sem AE	650.532	104.493.566,00	650.532	104.493.566,00
Folha PBF - Estoque	13.058.228	2.497.982.156,00	13.058.228	2.497.982.156,00
Elegíveis AFD	594.729	95.530.049,00	594.729	95.530.049,00

agosto-20

Folha do PBF	14.283.216	2.730.698.431,00		
Folha PBF puro - sem AE	771.172	117.394.886,00	585.470	95.807.444,60
Folha PBF - Estoque	13.058.228	2.496.502.378,00	9.913.743	1.622.304.103,00
Elegíveis AFD	705.033	107.326.600,00	535.258	87.590.656,00

Tabela - Comparativo Valor Autorizado X Ordens Bancárias X Valores Sacados da Conta Gráfica

N.º da Ordem Bancária	Tip o de Programa	Mês de competência da Folha	Data da Ordem Bancária	Valor da Ordem Bancária	Sacados (1)	Valores Potencialmente elegíveis	Valores Elegíveis por fase reembolso	Observação
800013	PBF	abr/20	14/abr/20	113.145.595,00	109.934.568,00	100.569.230,00		
800016	PBF	mai/20	13/mar/20	119.367.879,00	89.374.548,00	81.717.668,00		
800023	PBF	mai/20	15/jun/20	5.464.001,00				
800024	PBF	jun/20	15/jun/20	106.707.970,00	100.603.824,00	91.973.772,00	457.381.375,00	Despesas reembolsáveis pelo AFD
800027	PBF	jul/20	16/jul/20	74.695.579,00	104.493.566,00	95.530.049,00		
800030	PBF	jul/20	27/jul/20	26.616.299,00				
800031	PBF	ago/20	14/agosto/20	117.394.886,00	95.807.444,60	87.590.656,00		

REEMBOLSO NO AMBITO DO ACORDO COM BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID

O Projeto, intitulado “Apoio de Emergência à Populações Vulneráveis Afetadas pelo Coronavírus”, foi financiado nos termos do Contrato de Empréstimo BID e teve como objetivo geral ajudar a garantir níveis mínimos de qualidade de vida para as pessoas vulneráveis diante da crise causada pelo COVID-19. Especificamente, o objetivo foi apoiar a preservação dos níveis de renda e emprego das pessoas afetadas pelo coronavírus, no período imediato e durante a recuperação da crise.

O Projeto foi dividido em dois componentes, sendo o componente 1 sob responsabilidade do Ministério da Cidadania, e o componente 2 sob responsabilidade do Ministério da Economia:

Componente 1: Proteção mediante o uso de programas de transferência de renda e de sistemas de identificação de beneficiários existentes, sob responsabilidade do Ministério da Cidadania.

Subcomponente 1.1: Proteção da população vulnerável mediante mecanismos existentes de identificação de beneficiários.

Subcomponente 1.2: Proteção da população vulnerável mediante programas de transferência de renda existentes

Componente 2: Proteção para a população vulnerável não incluída nos programas de transferências de renda, e que trabalha no setor formal, sob responsabilidade do Ministério da Economia.

O custo total do Projeto foi estimado em um bilhão de dólares (US\$ 1 bilhão), provenientes de empréstimo outorgado pelo BID, sem contrapartida, distribuído em dois componentes: Componente 1- Proteção através do uso de programas de transferência de renda e de sistemas de identificação de beneficiários existentes (US\$ 600 milhões); e Componente 2 - Proteção para a população vulnerável que não é encontrada nos padrões dos programas de transferência de renda e que trabalha no setor formal (US\$ 400 milhões).

Da parte do componente do Auxílio Emergencial, o projeto reembolsou parte das despesas realizadas com o Auxílio, cujo desembolso alocou recursos em parte da parcela paga a beneficiários registrados no Cadastro Único em agosto de 2020. Os recursos disponibilizados para este componente, equivalentes a \$ 400 milhões de dólares, foram utilizados para reembolso do pagamento do Auxílio Emergencial ao grupo de beneficiários cadastrado no Cadastro Único do Governo Federal.

Quanto aos recursos transferidos aos cidadãos, abaixo se apresenta o demonstrativo com os referenciais financeiros, os instrumentos de repasse dos recursos a CAIXA, a efetividade de saque e valor reembolsado:

INSTITUIÇÃO	BID
REFERÊNCIA	Agosto/2020
NÚMERO OB	2020OB801162
PÚBLICO	CadUnico
QT. BENEFICIÁRIOS	5.138.944
VALOR REPASSADO CAIXA	R\$ 3.083.366.400,00
VALOR PAGO BENEFICIÁRIOS	R\$ 2.974.908.000,00
QT. BENEFICIÁRIOS PAGOS	4.958.180
VALOR DEVOL NÃO SAQUE	R\$ 83.404.200,00
QT. BENEFICIÁRIOS DEVOL NÃO SAQUE	139.007
VALOR DEVOL SOLICITADA MC	R\$ 25.054.200,00
QT. BENEFICIÁRIOS DEVOL SOLICITADA MC	41.757

Ressalta-se que as ordens bancárias indicadas anteriormente relacionadas ao Acordo de Empréstimo BR-L1554, contrato nº 5092/OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil, representada pelo Ministério da Economia e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foram retificadas e atualizadas no quadro acima. Tal fato foi devidamente informado aos interessados pela Coordenação-Geral de Cooperação Técnica, via comunicação eletrônica em 09 de março de 2022.

Ainda sobre o Auxílio Emergencial, em complemento aos dados supramencionados, informa-se que foram creditados R\$ 43.139.087.100,00 (quarenta e três bilhões e cento e trinta e nove milhões e oitenta e sete mil e cem reais) de abril a dezembro de 2020 do público CadÚnico, sendo devolvido pela CAIXA, tendo em vista o não saque do beneficiário, o valor de R\$ 1.556.874.300,00 (um bilhão e quinhentos e cinquenta e seis milhões e oitocentos e setenta e quatro mil e trezentos reais).

No momento da celebração do acordo, havia na folha de março de 2020 do PBF, 13.058.228 famílias e que, portanto, foram consideradas para a identificação do estoque e dos valores a serem reembolsados pelo BID. A folha efetiva de setembro de 2020, continha 14.274.249 beneficiários no PBF, com um benefício médio equivalente a R\$ 191,58. Aplicando esse referencial médio às 13,06 milhões de famílias utilizadas como parâmetro para identificação do valor reembolsável pelo organismo bancário internacional, o valor da despesa chegou à cifra de R\$2.501.681.056,00. Deste total, R\$ 2.421.357.872,00 foram sacados por um total de 12.593.131 famílias.

No tocante ao financiamento do Subcomponente: 1.2. Proteção da população vulnerável mediante programas de transferência de renda existentes, o reembolso da despesa efetuada ao público inscrita anteriormente à pandemia e que constavam na folha de março/20 e que se mantiveram recebendo o PBF no mês de setembro/2020. O valor reembolsado obedeceu ao limite do equivalente a \$ 200 milhões de dólares

Assim, considerando o limite de U\$ 200 milhões de dólares e ainda a taxa de câmbio de R\$ 5,237 por dólar, o valor reembolsado pelo governo brasileiro foi de R\$ 1.046.940.000,00, sacados em 16 de junho de 2021, o que equivaleu à 43,24% dos benefícios sacados pelas famílias.

Na tabela abaixo, são apresentados os referenciais financeiros, os instrumentos de repasse dos recursos a CAIXA, a efetividade de saque e valor reembolsado, referente a folha do mês de setembro de 2020.

Tabela – Demonstrativo com os referenciais financeiros, os instrumentos de repasse dos recursos a CAIXA, a efetividade de saque e valor reembolsado

**DEMONSTRATIVO COM QUANTITATIVO DE FAMÍLIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - LEI
N.º 10.836, DE 2004.**

Referência	Quant. De Famílias	Valor da folha	Quant. Famílias Sacaram	Valor Sacado
setembro-20				
Folha do PBF	14.274.249	2.734.645.031,00	13.765.841	2.646.841.913,00
Elegíveis Acordo BIRD	13.058.228	2.501.681.056,00	12.593.131	2.421.357.872,00

Tabela - Comparativo Valor Autorizado X Ordens Bancárias X Valores Sacados da Conta Gráfica

N.º da Ordem Bancária	Tip o de Pro gra ma	Mês de comp etênc ia da Folha	Da ta da Or de m Ba nc ári a	Valor da Ordem Bancári a	Saca dos	Valor es Poten cialm ente elegib íveis BID	Valor Reem bolsáv el	Observação
800036	PBF	set/20	14 /s et/ 20	2.707.298.000,00	2.646.841.913,00	2.421.357.872,00	1.046.940.000,00	Despesa apresentada para reembolso integral do empréstimo no valor de U\$ 200 milhões de dólares.

Cabe registrar o fato de que os extratos da conta suprimimento do PBF registram a movimentação financeira baseada no fluxo de saques realizados por dia, não sendo possível, identificar quais foram os públicos de famílias que sacaram os benefícios, estoque e expansão pós pandemia. Essa assimetria ocorre quando é aplicada a proporcionalidade entre os valores utilizados, como no exemplo citado na tabela 2 – **Cálculo dos Benefícios Bolsa Família Elegíveis para Financiamento pela BID em Reais.**

Em relação ao BEm, as informações detalhadas estão disponíveis nos processos 19964.104738/2020-37 e 19964.104994/2020-24, referentes ao BEm 2020.

REEMBOLSO NO AMBITO DO ACORDO COM BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD

O acordo de empréstimo com o BIRD, equivale a U\$1 bilhão de dólares e é destinado ao reembolso de pagamentos efetuados aos benefícios do Programa Bolsa Família, concedido às novas famílias, denominadas no âmbito deste acordo “Beneficiários Elegíveis do PBF”.

Tabela - Demonstrativo com os referenciais financeiros, os instrumentos de repasse dos recursos a CAIXA, a efetividade de saque e valor reembolsado

N.º da Ordem Bancária	Tip o de Pro gra ma	Mês de comp etênci a da Folha	Dat a da Ord em Ba ncá ria	Valor da Ordem Bancár ia	Sacad os	Valores Potenci alment e elegibí veis - BIRD	Total da Despe sa Elegív el	Observação
800036	PBF	set/20	14/ set /20	2.707.2 98.000, 00	2.646. 841.9 13,00	225.48 4.079,0 0	1.133. 476.7 87,00	Despesas apresentadas para o 1º pedido de reembolso no valor de U\$ 200 milhões de dólares.
800039	PBF	out/2 0	15/ out /20	2.704.3 59.000, 00	2.664. 716.0 29,00	226.97 8.854,0 0		
800042	PBF	nov/2 0	12/ nov /20	2.703.8 98.000, 00	2.695. 483.3 25,00	229.55 0.506,0 0		
800045	PBF	dez/2 0	08/ dez /20	2.730.6 99.985, 00	2.694. 466.1 03,00	229.50 1.738,0 0		
800001	PBF	jan/21	14/ jan /21	2.690.6 77.000, 00	2.689. 805.6 62,00	221.96 1.610,0 0		

Tabela - Comparativo Valor Autorizado X Ordens Bancárias X Valores Sacados da Conta Gráfica

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - LEI N.º 10.836, DE 2004				
Referência	Quant. De Famílias	Valor da folha	Quant. Famílias Sacaram	Valor Sacado
setembro-20				
Folha do PBF	14.274.249	2.734.645.031,00	13.765.841	2.646.841.913,00
Elegíveis				
Acordo BIRD	1.216.021	232.963.975,00	1.172.710	225.484.079,00
outubro-20				
Folha do PBF	14.274.086	2.731.681.727,00	13.914.072	2.664.716.029,00
Elegíveis				
Acordo BIRD	1.215.858	232.682.995,00	1.185.192	226.978.854,00
novembro-20				
Folha do PBF	14.273.802	2.731.210.672,00	14.225.674	2.695.483.325,00
Elegíveis				
Acordo BIRD	1.215.574	232.593.158,00	1.211.475	229.550.506,00
dezembro-20				
Folha do PBF	14.274.021	2.730.700.081,00	14.034.129	2.694.466.103,00
Elegíveis				
Acordo BIRD	1.215.793	232.588.003,00	1.195.360	229.501.738,00
janeiro-21				
Folha do PBF	14.232.705	2.712.375.689,00	14.065.330	2.689.805.662,00
Elegíveis				
Acordo BIRD	1.174.477	223.824.133,00	1.160.665	221.961.610,00

Tabela - Comparativo Valor Autorizado X Ordens Bancárias X Valores Sacados da Conta Gráfica

N.º da Ordem Bancária	Tip o de Programa	Mês de competência da Folha	Data da Ordem Bancária	Valor da Ordem Bancária	Sacados (1)	Valores Potencialmente elegíveis	Valores por fase reembolsos	Observação
-----------------------	-------------------	-----------------------------	------------------------	-------------------------	-------------	----------------------------------	-----------------------------	------------

			ncá ria			is - BIRD		
800036	PB F	set/20	14/ set /20	2.707. 298.00 0,00	2.646. 841.9 13,00	225.48 4.079,0 0	1.133. 476.7 87,00	Despesas apresentadas para o 1º pedido de reembolso no valor de U\$ 200 milhões de dólares.
800039	PB F	out/2 0	15/ out /20	2.704. 359.00 0,00	2.664. 716.0 29,00	226.97 8.854,0 0		
800042	PB F	nov/2 0	12/ nov /20	2.703. 898.00 0,00	2.695. 483.3 25,00	229.55 0.506,0 0		
800045	PB F	dez/2 0	08/ dez /20	2.730. 699.98 5,00	2.694. 466.1 03,00	229.50 1.738,0 0		
800001	PB F	jan/21	14/ jan /21	2.690. 677.00 0,00	2.689. 805.6 62,00	221.96 1.610,0 0		

CONCLUSÃO:

Esta nota explicativa visa atender à Solicitação de Auditoria n.º 01 e explicar os procedimentos contratuais e de saques dos benefícios do Programa Bolsa Família, sucedido pelo Programa Auxílio Brasil, bem como informações acerca do Auxílio Emergencial, e do Benefício Emergencial para Manutenção do Emprego e Renda, para todos os organismos financiadores do Programa Emergencial de Apoio à Renda de Populações Vulneráveis Afetadas pelo COVID-19 no Brasil.

FERNANDO EURICO DE PAIVA GARRIDO

Gerente de Análise do Mercado Externo

Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública

Secretaria do Tesouro Nacional

Ministério da Economia